

13ª edição

APROXIMAÇÃO



TJPR

2ª Vice
Presidência

EDITORIAL



DESEMBARGADOR JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO
2º VICE-PRESIDENTE DO TJPR PRESIDENTE DO NUPEMEC

A 2ª Vice-Presidência é o órgão da cúpula direta do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a quem compete a formulação de políticas públicas que garantam o acesso à justiça, o tratamento adequado dos conflitos de interesse, a justiça restaurativa e a promoção da cidadania no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná, assim como a gestão do Sistema de Juizados Especiais - a justiça de massa. Diante dessas atribuições uma série de ações e projetos estão sendo implementados pela atual gestão como forma de aprimorar os serviços disponibilizados aos jurisdicionados, bem como o papel social e sustentável da Instituição.

Nesta edição da Revista Aproximação apresentamos os primeiros resultados do trabalho desenvolvido em todas essas frentes com a função precípua de munir os indivíduos de ferramentas que os levem a assumir o protagonismo de suas próprias histórias na construção das soluções mais adequadas a resolução de seus conflitos e, por conseguinte, na promoção da paz.

Impende destacar que tais políticas públicas geridas pela 2ª Vice-Presidência, assim como os projetos e ações concebidos, aparecem correlatos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, diretrizes essenciais à promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, em especial, as elencadas no Objetivo nº 16, ligado diretamente à atuação do Poder Judiciário. Neste material, apresentamos parte do trabalho elaborado em consonância com os objetivos da ONU, que colocam o Tribunal de Justiça do Paraná, em destaque nacional, como um dos únicos a definir estratégias alinhadas aos ODS.

Seguimos orientando nossos esforços no sentido de desenvolver uma Instituição eficaz, responsável e transparente em todos os níveis, em busca de uma sociedade mais humana, solidária e pacífica.

Boa leitura a todos!

CAPA

Central de Medidas Socialmente Úteis é lançada no Centro Judiciário de Curitiba
3

2ª Vice se destaca por atuar em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável traçados pela ONU
5

JUIZADOS ESPECIAIS

Turmas Recursais ganham melhorias de infraestrutura
7

Deliberações do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Paraná
7

AUTOCOMPOSIÇÃO

Deliberações do NUPEMEC
8

III Encontro Estadual de Justiça Restaurativa
9

2ª Vice-Presidência promove a capacitação de mais de 500 pessoas em cursos de mediação e Justiça Restaurativa
10

Ministério da Justiça e TJPR firmam acordo para ampliar iniciativas relacionadas à solução de conflitos na área do consumo
11

Pacificar é Divino
13

Vem aí mais uma Semana Nacional da Conciliação
14

CIDADANIA

Rolê Cívico Paranaense
16

Rolê Cultural
17

Jovens Promissores
18

PIA da 2ª Vice
19

Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola
20

CENTRAL DE MEDIDAS SOCIALMENTE ÚTEIS É LANÇADA NO CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA

Com caráter inovador, a Central será responsável pela gestão da política de alternativas penais do Judiciário.

Iniciando o mês de julho, no dia 03/07, o Tribunal de Justiça do Paraná inaugurou a Central de Medidas Socialmente Úteis, CEMSU, no Centro Judiciário de Curitiba. A unidade, pioneira no país, é responsável pela gestão da política de alternativas penais do Judiciário paranaense sob o enfoque das práticas restaurativas e do acompanhamento em rede.



Desenvolvida por meio da 2ª Vice-Presidência do TJPR, o objetivo da central é aplicar o sistema de medidas socialmente úteis, responsável por resgatar o caráter terapêutico e restaurativo das penas e medidas alternativas, oferecendo melhores perspectivas de reintegração social, responsabilizar os autores de fatos criminosos e reduzir as taxas de reincidência. O sistema pretende utilizar a metodologia de círculos restaurativos com efeito pedagógico sobre o infrator, trazendo benefícios diretos para a comunidade.

COMO FUNCIONA A CEMSU?

A CEMSU funciona como um órgão de gestão das alternativas penais, oferecendo subsídio às unidades do Sistema de Justiça Criminal, acompanhamento e fiscalização da execução dos substitutivos penais, bem como elaborando pareceres técnicos que se façam necessários durante o processo. É integrada por equipe multidisciplinar e interinstitucional, contando com apoio das áreas de Psicologia, Serviço Social e das entidades parceiras do Sistema, como a prefeitura de Curitiba, que firmou convênio com o TJPR, disponibilizando a estrutura administrativa do município e sua rede de proteção social para o desenvolvimento da iniciativa.

Ainda em caráter piloto, a Central atuará no CEJUSC Criminal de Curitiba, servindo como um importante elo que conecte todos os equipamentos públicos, o judiciário e a sociedade civil.

CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO

A inauguração da CEMSU foi celebrada numa

cerimônia realizada no Centro Judiciário de Curitiba. No evento estiveram presentes o 2º Vice-Presidente do TJPR e idealizador do projeto, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, o Juiz auxiliar da Presidência, Dr Rodrigo Otávio do Amaral, representando o Presidente do TJPR, Des Adalberto Jorge Xisto Pereira, o Desembargador Renato Braga Bettega, o supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Paraná (GMF-PR), Desembargador Ruy Muggiati, o Defensor Público-Geral, Dr Eduardo Pião Ortiz Abraão, representantes do Governo do Estado, da Prefeitura de Curitiba e do Ministério Público, entre outras autoridades.

Durante a cerimônia, o 2º Vice-Presidente do TJPR, Des José Laurindo de Souza Netto, destacou a mudança de paradigmas que as medidas socialmente úteis propõem ao Sistema Judiciário. “Na maioria dos casos o cárcere é um incremento à criminalidade, é possível observar a ineficácia desse sistema que não intimida, não reabilita, pelo contrário, causa dor e sofrimento. Temos uma taxa de encarceramento muito alta, com delitos que não deveriam ser submetidos à terapia prisional. A partir da Central de Medidas Socialmente Úteis, o objetivo é solucionar o problema de fundo, que deu causa ao cometimento da infração penal. Por meio de práticas restaurativas pretende-se perceber a melhor forma de reparar a vítima e atender o autor do fato, com processos de conscientização dos deveres de cidadania, prevenindo que ele não venha a repetir a infração”, destacou.

De acordo com o Juiz Coordenador do Cejusc Criminal, Dr Diego Santos Teixeira, levantamentos realizados pelo Cejusc,



mostraram resultados alarmantes em relação ao acesso à rede de proteção. “A partir da análise de mais de 300 casos, constatou-se que 85% das pessoas que passaram pelas entrevistas, nunca tinham tido um contato com a rede de proteção, uma falha gravíssima, que hoje, a partir desse projeto e da articulação com a prefeitura e outras redes, tende a mudar. O setor já conseguiu avançar bastante, é fundamental a parceria com a prefeitura e a rede de proteção para a efetividade no combate à criminalidade e também para o tratamento adequado da vida dessas pessoas que são julgadas por nós”, afirmou o magistrado

Representando o Ministério Público, a Procuradora da Justiça, Dra Sonia Saad Bernardes, afirmou que o órgão irá aderir e assinar o Termo de Cooperação do projeto. “O Ministério Público reconhece a importância desse trabalho desenvolvido pelo TJPR que, agora, conta com uma articulação de rede que garante efetividade ao cumprimento das alternativas penais, muito mais produtivas à sociedade, que geram um resultado socialmente útil”.

SOBRE O SISTEMA DE MEDIDAS SOCIALMENTE ÚTEIS

Com o objeto de promover a substituição da aplicação da prestação pecuniária, multa e privação de liberdade, por medidas socialmente úteis com enfoque restaurativo, em crimes de menor potencial ofensivo, a 2ª Vice-Presidência iniciou a gestão com o desenvolvimento de uma série de ações e projetos. A proposta é utilizar a metodologia de círculos restaurativos para aplicar penas com efeito pedagógico sobre o infrator, trazendo benefícios diretos para a comunidade.

Analisando a situação particular de cada infrator é possível ultrapassar o enfoque exclusivo no crime praticado. Assim, personalidade, aptidões e interesses são levados em conta para estabelecer uma atividade para o infrator. O objetivo é respeitar a dignidade da pessoa e aflorar a sua sensibilidade por meio de um processo de conscientização sobre as necessidades sociais mais urgentes.

As medidas alternativas são úteis, por criarem e fomentarem a solidariedade social, despertando, não só os direitos, mas, sobretudo, os deveres de cidadania. O efeito terapêutico e socialmente construtivo beneficia o indivíduo e toda a coletividade.

Para tanto, a proposta da 2ª Vice-Presidência é conjugar esforços entre o Poder Judiciário, Poder Executivo (Estadual e Municipal), Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Militar, Civil e Guarda Municipal, Conselhos da Comunidade e demais organizações da sociedade civil, com vistas ao fortalecimento do sistema de medidas socialmente úteis.

PARCERIAS

Depois de buscar parceiros e realizar diversas reuniões, a primeira grande parceria alcançada foi com a Prefeitura Municipal de Curitiba que, em 1996 já havia apoiado uma versão piloto do mesmo projeto, durante a primeira gestão de Rafael Greca como Prefeito, na época em que o atual 2º Vice-presidente, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, atuava como supervisor do Juizado Especial Criminal.

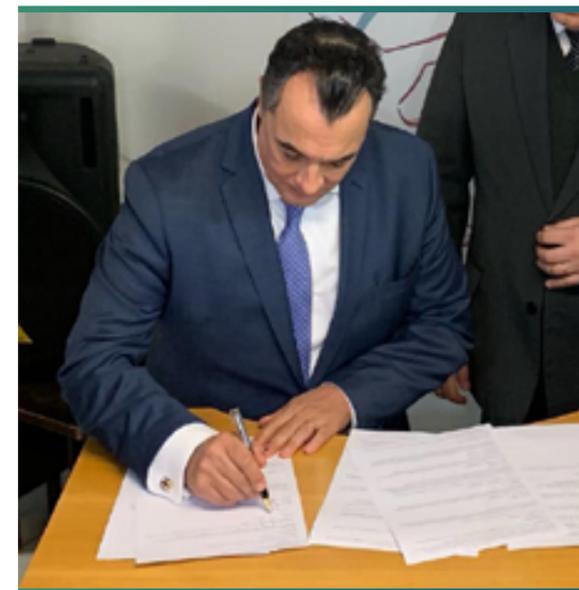
O documento, assinado pelo Prefeito e pelo 2º Vice-Presidente do TJPR, no dia 13 de maio de 2019, tem validade de 60 meses e prevê o uso da estrutura administrativa do município e sua rede de proteção social para o desenvolvimento da iniciativa. O Tribunal de Justiça do Paraná se responsabilizou por fomentar a aplicação das medidas e por medir a eficácia da ação.

Durante a assinatura do convênio, realizada numa cerimônia na Prefeitura de Curitiba, o prefeito destacou o enfoque social garantido pela parceria ao substituir a punição da privação de liberdade pelo serviço público. “Isso constrói, de maneira muito forte, a igualdade de oportunidade para todos, a solidariedade social e permite a costura do tecido social rasgado pelo delito e que precisa ser recomposto pela ação sábia da justiça”, apontou.

Ainda no mês de maio, outro convênio do projeto foi firmado com a Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná. Durante a celebração do Dia Mundial da Família, realizado no Teatro Guaíra, no dia 15, o Presidente do TJPR, Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira e o 2º Vice-Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, assinaram um protocolo de intenções de mútua cooperação com o Secretário Ney Leprevost.



CEMSU'S NO INTERIOR



Toledo foi o segundo município do Paraná a aderir ao convênio e o primeiro do interior a inaugurar uma CEMSU. O início das atividades da Central foi marcado por uma

cerimônia realizada no Fórum da Comarca de Toledo, no dia 17/07. Na ocasião também foi firmado um convênio entre o Município e o Tribunal de Justiça do Paraná visando à mútua cooperação para o aprimoramento das atividades relativas ao Sistema de Aplicação de Medidas Socialmente Úteis como Substitutivo Penal.

No dia 18/07 foi a vez do CEJUSC de Cascavel lançar a Central de Medidas Socialmente Úteis. No evento, que celebrou a reforma da estrutura do Cejusc, também a Prefeitura de Cascavel firmou um termo de cooperação com o Judiciário para a aplicação do Sistema de Medidas Socialmente Úteis.

Ponta Grossa foi o quarto município a inaugurar a CEMSU. O início das atividades da central foi marcado por um evento realizado no dia 13/08, no CEJUSC da Comarca, que celebrou também acordos com Universidades e com o município para a instalação de polos avançados de CEJUSC's

Em setembro mais 3 Centrais foram instaladas nos municípios de Londrina, Paranavaí e União da Vitória. Neste último, a cerimônia de instalação contou a assinatura de um convênio com 6 município (União da Vitória, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Porto Vitória e Bituruna) que atuarão em conjunto com a CEMSU para o desenvolvimento do projeto de Medidas Socialmente Úteis.

2ª VICE SE DESTACA POR ATUAR EM CONFORMIDADE COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL TRAÇADOS PELA ONU



Atuando nos assuntos de sua competência, como o tratamento adequado aos conflitos de interesse, a justiça restaurativa, a promoção da cidadania do Poder Judiciário do Estado do Paraná, e a supervisão do Sistema de Juizados Especiais, a 2ª Vice-Presidência contribui para a cultura de paz através da criação de políticas públicas de acesso à justiça, do fomento a práticas conciliatórias e de cidadania. As ações estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) traçados pela ONU, para serem atingidos até 2030.

Em agosto deste ano, o Desembargador José Laurindo de Souza Netto, apresentou à Ministra da Mulher da Família e dos Direitos Humanos, do Governo Federal, Damares Alves, um relatório relacionando ações do TJPR aos objetivos da ONU. A ODS 16, diretamente relacionada à atuação do Poder Judiciário, recebeu destaque por tratar da promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, do acesso à justiça para todos e da construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Nesse sentido, programas já em desenvolvimento pela 2ª Vice-Presidência aparecem alinhados às 12 metas estabelecidas por esse objetivo que tratam de instituições fortes, inclusivas e transparentes, a manutenção da paz e o respeito aos direitos humanos baseados no Estado de direito como base para o desenvolvimento humano sustentável.

No documento, o Desembargador concluiu a apresentação destacando o compromisso de promover o paradigma restaurativo. “Considerando o rol de programas e projetos desenvolvidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná relativamente às Políticas Públicas de Acesso à Justiça e dos Direitos e Deveres de Cidadania e, ainda, a correlação dessas ações com o ODS 16 da Agenda 2030 da ONU, firmamos como compromisso institucional a meta de fixar, até 2030, o paradigma restaurativo como opção preferencial do Sistema de Justiça, em detrimento do paradigma meramente retributivo/punitivo”, apontou o magistrado.

Dessa maneira, empoderando os indivíduos e oferecendo a eles as melhores alternativas para que consigam resolver de forma célere e pacífica os seus problemas, a 2ª Vice-Presidência coloca o Tribunal de Justiça do Paraná como um dos únicos tribunais do país alinhados aos ODS's traçados pela ONU.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU

A Agenda 2030 da ONU foi consolidada em 2015 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a fim de manter o Desenvolvimento Sustentável por meio de 17 metas globais que devem ser promovidas e atingidas até 2030 pelos seus signatários. Interdependentes entre si, as metas visam contribuir com o desenvolvimento econômico dos países mais vulneráveis e também com seu progresso social.

“Paz, Justiça e Instituições Eficazes” é o título da meta 16, que almeja, principalmente, promover sociedades pacíficas e proporcionar o acesso amplo e irrestrito à Justiça, de forma a estimular e consolidar a cultura da paz, um objetivo que depende da promoção dos direitos humanos e do estabelecimento de um sistema de justiça eficiente que seja capaz de resolver adequadamente os conflitos a ele conduzidos.

No Brasil, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu, no início de 2019, um Comitê Interinstitucional que objetiva constituir as metas do Poder Judiciário às 17 metas globais, com foco na meta 16.

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todas e todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis



ALGUNS EXEMPLOS DE PROJETOS QUE CONTRIBUEM PARA O ALCANCE DA META 16 SÃO:

- Os programas Rolê Cultural, PIA da 2ªVice, Jovens Promissores e o Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola que têm o papel e objetivo de acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças;
- O sistema de aplicação das Centrais de Medidas Socialmente Úteis (CEMSU), que colabora com o objetivo de reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares;
- Os Cejusc Procon e Fazendário e o Programa Juizado Consensual de Trânsito (B@TEU), que contribuem com o objetivo de reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas, a fim de desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;
- Entre outras iniciativas, ainda se destacam os programas Rolê Cívico, Pacificar é Divino e Biometria nos Estádios que colaboram para alcançar, cada vez mais rápido, a meta 16 dos ODS.

TURMAS RECURSAIS GANHAM MELHORIAS DE INFRAESTRUTURA

No final do mês de abril a 2ª Vice-Presidência alcançou sua primeira meta, estabelecida pela atual gestão, dando um novo passo para aprimorar a estrutura da Turma Recursal dos Juizados Especiais do Paraná. No dia 22/04, o Órgão Especial (OE) do Tribunal de Justiça do Paraná, aprovou dois anteprojetos de lei, que pretendem melhorar o andamento da Justiça Paranaense.

O primeiro deles previu a transformação de quatro cargos de Juiz de Direito Substituto em 2º Grau, em quatro cargos de Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais. O mesmo texto também garantiu a transformação de dois cargos de Juiz de Direito Substituto em 2º Grau, para 30 cargos de Assistente de Juiz de Direito, 20 deles para auxílio das Turmas Recursais. O outro texto de lei aprovado pelos Desembargadores extinguiu nove Varas Judiciais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), prevendo nove cargos de Juiz de Direito Substituto, sendo um para as Turmas Recursais.

Com essas alterações legais será possível a criação de mais uma Turma Recursal, composta por 4 juízes e sua respectiva assessoria. Com isso, o órgão recursal passará a contar com 5 turmas e 20 juízes. Além disso, o sistema ganha o incremento de um Juiz substituto, responsável por cobrir o afastamento dos magistrados, quando houver necessidade.

Os textos dos anteprojetos já passaram pela Assembleia Legislativa do Paraná e foram promulgados. A partir de agora, o Tribunal de Justiça já pode definir os critérios para preenchimento dos novos cargos.

Buscando aprimorar a eficiência do órgão, o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais e Turmas Recursais também instituiu um Regime de Exceção, na 2ª Turma Recursal, para o julgamento de, aproximadamente, 10.000 recursos, até o final do ano.

Segundo dados da Presidência do TJPR, as Turmas Recursais tinham, em abril deste ano, 55 mil recursos aguardando julgamento. Além disso, no período de 1º de agosto de 2017 a 1º de julho de 2018, elas receberam quase 100 mil recursos, um volume de trabalho que estava sob a responsabilidade de apenas 16 juízes.

DELIBERAÇÕES DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO PARANÁ

O Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Paraná se reuniu por duas vezes (nos dias 23 de abril e 31 de julho) na atual gestão. Composto pelo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, que exerce a presidência do Conselho, pelo 2º Vice-Presidente e Supervisor do Sistema de Juizados Especiais, Des. José Laurindo de Souza Netto, pelo Corregedor-Geral da Justiça, Des. José Augusto Gomes Aniceto, pelo Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. César Ghizoni, pelo Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, Dr. Anderson Ricardo Fogaça, pela Juíza Presidente da Primeira Turma Recursal, Dra. Vanessa Bassani, pelo Juiz do 3º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Foz do Iguaçu, Dr. Marcos Antonio de Souza Lima, e pelo Juiz do 1º Juizado Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Dr. Antonio Franco Ferreira da Costa, o colegiado deliberou sobre várias questões administrativas dos Juizados Especiais e Turmas Recursais, além de tratar de temas relacionados a novos projetos e eventos.

Os componentes do Conselho referendaram o projeto “Sistema de Aplicação de Medidas Socialmente Úteis como Substitutivo Penal”, para infrações de menor potencial ofensivo, conforme Portaria nº 02/2019-G2VP e aprovaram a implantação de Projeto de “Conciliação Virtual”, consistente na criação de um Fórum de Conciliação, nos moldes em que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região desenvolveu para o sistema “E-proc”.

Ainda entre os assuntos debatidos esteve a realização da 46ª edição do Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE), aprovado para ser realizado no mês de novembro, em Foz do Iguaçu, e, ainda, o projeto de revitalização da Operação Litoral, 2019/2020, aprovado para inclusão de novas competências, justiça itinerante e período de atuação.



DELIBERAÇÕES DO NUPEMEC

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesse, instituída pela Resolução 125/2010-CNJ. Atualmente compõe o Núcleo: o Des. José Laurindo de Souza Netto, 2º Vice-Presidente e Presidente do NUPEMEC, o Des. José Augusto Gomes Aniceto, Corregedor-Geral da Justiça, o Des. Sigurd Roberto Bengtsson, Coordenador do CEJUSC de 2º Grau, o Des. Joatan Marcos de Carvalho, Diretor-Geral da Escola dos Servidores da Justiça Estadual do Paraná, o Des. Clayton de Albuquerque Maranhão, Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Paraná, o Des. Valter Ressel, magistrado aposentado integrante do Quadro de Conciliadores Voluntários, o Dr. Rodrigo Rodrigues Dias, Juiz Coordenador do CEJUSC de Toledo, o Dr. André Carias de Araujo, Juiz Coordenador-Adjunto do CEJUSC Fórum Cível do Foro Central de Curitiba, o Dr. Felipe Forte Cobo, Juiz Coordenador do CEJUSC do Fórum Descentralizado da Cidade Industrial de Curitiba, e os servidores Leonardo de Andrade Ferraz Fogaça e Gustavo Calixto Guilherme, ambos da 2ª Vice-Presidência.

Desde o início da atual gestão o NUPEMEC realizou sessões ordinárias em dois momentos. No dia 14/03 os membros do colegiado aprovaram uma série de programas e projetos estratégicos, relacionados à Política Nacional de Tratamento Adequado aos Conflitos de Interesse. Destaque para o projeto piloto do Sistema de Aplicação de Medidas Socialmente Úteis, de autoria do 2º Vice-Presidente do TJPR e Presidente do NUPEMEC, Des. José Laurindo De Souza Netto.

Além disso, foi aprovado o Regimento dos Cursos de Justiça Restaurativa, a certificação do CEJUSC Criminal de acordo com o Sistema de Aplicação de Medidas Socialmente Úteis, atualização do Regimento dos Cursos de Mediação Judicial do NUPEMEC, entre outros expedientes administrativos.

Já no dia 23/07, a sessão aprovou, entre outros assuntos, a execução do projeto interdisciplinar voltado à solução adequada de conflitos com foco na alienação parental como programa permanente do CEJUSC da Cidade Industrial de Curitiba e a certificação de novas unidades PRO, PRÉ e CID do CEJUSC.

Além disso, durante as deliberações destacaram-se as aprovações da Instrução Normativa que regulamenta o Cadastro Estadual de Facilitadores de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná, e a Resolução que regulamenta o Cadastro Estadual de Câmaras Privadas de Mediação e Conciliação no Estado.



III ENCONTRO ESTADUAL DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

Entre os dias 30 e 31 de maio, na sede da Associação Internacional das Américas (UNIAMÉRICA), em Foz do Iguaçu, foi realizada a terceira edição do Encontro Estadual de Justiça Restaurativa. Promovido pela 2ª Vice-presidência do TJPR, o encontro reuniu mais de 300 profissionais da área, promovendo o debate a respeito de políticas públicas no viés da solução de conflitos com a utilização de práticas restaurativas.

Contando com a parceria da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), da Escola de Servidores da Justiça Estadual (ESEJE) e da Escola da Magistratura do Paraná (EMAP), a programação foi composta por palestras, oficinas temáticas e discussões. Promovendo a troca de experiências entre os profissionais da área, magistrados, os participantes realizaram atividades de estímulo à construção de políticas públicas no viés da solução de conflitos com a utilização de práticas restaurativas.

O 2º Vice-Presidente do TJPR e Presidente do NUPEMEC TJPR, Des. José Laurindo de Souza Netto, abriu o evento destacando seus benefícios para o judiciário: “Esse encontro reúne um público de verdadeiros peritos em Justiça Restaurativa. Atualmente, no Paraná, sua aplicação é feita de forma inovadora, desencadeando uma política de prevenção social. A possibilidade de reunir tantas autoridades nesse assunto nos dá a oportunidade de avançar ainda mais, trazendo benefícios não só ao judiciário, mas, principalmente, à sociedade”.

Participaram do evento os Desembargadores: Robson Marques Cury, Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca, Renato Braga Bettega, Celso Jair Mainardi e Ramon de Medeiros Nogueira. O Presidente da Amapar, Dr. Geraldo Dutra de Andrade Netto, e os integrantes do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Paraná, Dr. Anderson Ricardo Fogaça, Dra. Laryssa Angélica Copack Muniz e Dr. Rodrigo Rodrigues Dias, também participaram das atividades.

Diante dos ótimos resultados alcançados com o encontro, a pretensão da 2ª Vice-Presidência é antecipar a realização de um novo evento, programando IV Encontro de Justiça Restaurativa ainda durante essa gestão, em 2020.



2ª VICE-PRESIDÊNCIA PROMOVE A CAPACITAÇÃO DE MAIS DE 500 PESSOAS EM CURSOS DE MEDIAÇÃO E JUSTIÇA RESTAURATIVA

Com o objetivo de dar cumprimento efetivo à Meta Nacional 3, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o ano de 2019, que prevê que a Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Estadual estimulem a conciliação, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJPR (NUPEMEC), vem adotando medidas para melhorar a infraestrutura dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC's).

FORMAÇÃO DE INSTRUTORES

A parceria busca incentivar a utilização da plataforma Nesse contexto, um dos grandes avanços conquistados foi a capacitação de novos Instrutores em Mediação Judicial. Diante de um intervalo de 5 anos sem a capacitação de instrutores, o 2º Vice-presidente do TJPR, e presidente do NUPEMEC-PR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, foi pessoalmente à Brasília, no início do ano, protocolar no CNJ, um pedido para realização de cursos para formar novos instrutores. A partir desse pedido uma série de tratativas foram realizadas até que o TJPR conseguiu a autorização para que a capacitação fosse organizada pelo NUPEMEC-PR e gerenciada pelo CNJ.



Bacellar e dos Juízes de Direito André Carias de Araújo e Rodrigo Rodrigues Dias.

Ao final das atividades, os alunos realizaram um simulado com aulas que foram gravadas e encaminhadas para análise do CNJ. A partir dessa última avaliação teórica, os instrutores em formação deverão realizar 3 cursos que também serão avaliados na fase prática.

Com a realização do curso, o TJPR ganha um importante reforço na capacitação de novos mediadores judiciais para atuar nos CEJUSCs e nos Juizados Especiais, quase dobrando o tamanho da equipe de instrutores, que passará de 19 para 35.

FORMAÇÃO DE MEDIADORES

A partir daí outros cursos foram viabilizados garantindo a formação de cerca de 500 profissionais, entre Magistrados, servidores e outros operadores do direito, para atuarem como mediadores, aplicando técnicas autocompositivas. Os cursos, realizados desde fevereiro de 2019, contaram com o apoio da Escola de Servidores (ESEJE) e da Escola da Magistratura do Paraná, EMAP.

As capacitações de mediação foram realizadas pelo NUPEMEC em parceria com a ESEJE, formando, até o momento, 263 profissionais que atuarão nas audiências de conciliação e mediação por todo Estado. No total, 22 cursos de mediação e conciliação foram realizados em 14 comarcas (Curitiba, Maringá, Toledo, Ponta Grossa, Paranaguá, Cianorte, Foz do Iguaçu, Medianeira, União da Vitória, Cascavel, Londrina, Araucária, Guarapuava e Almirante Tamandaré).

Além disso, outros 11 cursos de Justiça Restaurativa foram ministrados, abrangendo as cidades de Curitiba, Ubatuba, Assaí, São José dos Pinhais, Alto Piquiri, União da Vitória, Pitanga, Francisco Beltrão, Guarapuava e Cascavel. Nessas capacitações, mais 187 profissionais foram capacitados para atuarem na construção de círculos de paz. Junto a essas iniciativas, em agosto, o NUPEMEC, em parceria com a Escola de Magistratura do Paraná realizou um curso de sensibilização no qual participaram 29 magistrados.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TJPR FIRMAM ACORDO PARA AMPLIAR INICIATIVAS RELACIONADAS À SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA ÁREA DO CONSUMO

Nesta terça-feira (2/4) foi assinado no Auditório Pleno do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) um Termo de Cooperação entre o TJPR, por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por intermédio da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), com a finalidade de promover a facilitação do acesso à justiça.

O acordo, assinado pelo 2º Vice-Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, e pelo Secretário Nacional do Consumidor, Luciano Benetti Timm, busca promover o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, em razão do sucesso de iniciativas implementadas nos dois órgãos, que buscam um meio adequado de solução de conflitos na área do direito do consumidor.

INICIATIVAS

A parceria busca incentivar a utilização da plataforma Consumidor.gov.br, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ampliando a divulgação dessa ferramenta online de resolução de conflitos, que torna desnecessária a excessiva judicialização das demandas na área do direito do consumidor. Um outro objetivo é garantir a expansão nacional de um projeto da 2ª Vice-Presidência do TJPR, já em atividade nos Procons de Maringá e Cascavel, nos quais foram instalados Postos Avançados dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) do Tribunal de Justiça do Paraná. Nessas unidades são realizadas sessões de mediação e conciliação por colaboradores devidamente capacitados e sob a supervisão dos coordenadores dos CEJUSCs.

O 2º Vice-Presidente do TJPR ressaltou a importância do convênio com a Senacon em razão da necessidade de conferir uma resposta ao excesso de demandas na área do direito do consumidor, em um contexto de aumento das relações de consumo após a abertura do mercado de bens e serviços nas últimas décadas. De acordo com o 2º Vice-Presidente, tanto o Poder Judiciário quanto a Senacon estão buscando um propósito comum, de estímulo à busca de novas soluções para um tratamento adequado das demandas de consumidores. “A resolução de conflitos online nada mais é do que a transposição dos métodos de solução de conflitos para a plataforma digital”. Para ele, é necessário promover esses novos métodos, “que na lei são chamados de alternativos, mas que diante de suas vantagens hoje são tratados como métodos adequados de solução de conflitos”, afirmou.



Um dos pontos é o auxílio mútuo para ampliar, em nível nacional, ações como a implantação de postos avançados dos CEJUSCs nas unidades dos Procons, garantindo efetividade na resolução das demandas.



PLATAFORMA consumidor.gov.br



Em sua palestra, o Secretário Nacional do Consumidor, Luciano Benetti Timm, destacou as vantagens na utilização da plataforma Consumidor.gov.br para a solução das demandas dos consumidores. Segundo ele, atualmente estão cadastradas mais de 500 empresas, e mais de 1,7 milhão de reclamações já foram registradas desde a criação dessa ferramenta em 2014. O tempo médio de resposta das empresas é de uma semana, com 80 % de resolutividade das reclamações. “Somente no ano passado foram cerca de 600 mil reclamações registradas. Todo ano esse número cresce cerca de 30%. Isso só é possível em razão da parceria com Procon, Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário. Hoje estamos ampliando essa parceria aqui com o Tribunal de Justiça do Paraná”.

O Consumidor.gov.br tem o objetivo de promover a comunicação entre consumidores e empresas. Quem se sentir eventualmente prejudicado pode acessar a plataforma, cadastrar-se e preencher um formulário com a reclamação. A empresa tem um prazo máximo de 10 dias para dar uma resposta. O consumidor pode acompanhar a reclamação e avaliar como foi a resposta dada pela empresa. Todos esses dados ficam registrados e podem ser acompanhados tanto pela Secretaria Nacional do Consumidor e Procons estaduais, quanto pelo Ministério Público, Poder Judiciário e a própria sociedade. Com isso, as empresas podem ter ciência dos problemas apontados pelos consumidores e resolver as demandas de uma maneira mais rápida, sem a necessidade de que os consumidores recorram ao Procon ou ao Poder Judiciário, havendo transparência em todo o processo.

Também estavam presentes no evento o Presidente do TJPR, Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira; o 1º Vice-Presidente, Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura; o Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto; o Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Paraná (EMAP), Desembargador Clayton de Albuquerque Maranhão; e a diretora-geral do Procon-PR, Claudia Silvano.

PACIFICAR É DIVINO

Com o propósito de desenvolver um trabalho conjunto entre o Poder Judiciário e as Instituições religiosas do estado, o Tribunal de Justiça do Paraná criou, em 2017, o Programa Pacificar é Divino. Coordenado pela 2ª Vice-Presidência, a iniciativa ganhou ainda mais visibilidade neste ano. Além de realizar reuniões com os religiosos multiplicadores, que passaram por capacitações oferecidas pelo tribunal e hoje divulgam e capacitam novos integrantes, a equipe da nova gestão também organizou e participou de eventos de divulgação.

No dia 09 de maio, cerca de 200 pessoas, entre magistrados, servidores e religiosos, participaram do 1º Simpósio do Programa “Pacificar é Divino”. O evento, realizado no auditório do Tribunal Pleno, discutiu aspectos da pacificação social com palestras de mediadores e religiosos de várias instituições. O evento trouxe colaboradores jurídicos e também religiosos para abordarem temas como o histórico do movimento da paz pela conciliação; a construção da paz; a mediação como instrumento de construção da paz e também o tema “Coexistência legítima construindo unidade na diversidade e unindo sem suprimir”.

O Presidente do TJPR, Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, participou do simpósio e destacou a importância do sistema religioso para a promoção da paz. “Apenas no Paraná existem três milhões de processos ativos; no Brasil, são mais de 80 milhões. Por isso, precisamos da sociedade civil e dos líderes religiosos, que têm a missão divina de pacificar a sociedade”, apontou o presidente.

O 2º Vice-Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, e coordenador do programa, ressaltou a relevância da ação para a concretização da pacificação: “Este é um encontro que nos deixa muito contentes, porque nossa atuação busca o tratamento adequado dos conflitos da contemporaneidade. Vivemos numa sociedade muito litigiosa, conflituosa, portanto é muito importante disseminar a cultura da paz”.

Como forma de promover o Pacificar é Divino, outra ação desenvolvida pela equipe da 2ª Vice-Presidência, foi a participação em eventos religiosos. As assessoras Jenyfer M.P. Leal e Juliana Brambilla puderam explicar a proposta da iniciativa no dia 18/05, na “Marcha para Jesus”, evento realizado anualmente que reúne milhares de religiosos no Centro Cívico de Curitiba, e na “Semana de Avivamento”, um megaevento realizado no dia 27/07, que conseguiu quebrar o recorde de público da Arena da Baixada, reunindo 45.650 pessoas de 200 denominações evangélicas.



O Programa “Pacificar é Divino” busca aproveitar o trabalho de aconselhamento já realizado nas igrejas e aplicar, em espaços reservados dentro dessas entidades, técnicas de solução consensual de conflitos para promoção da pacificação social. O foco da iniciativa são as demandas existentes na fase pré-processual que ainda não se transformaram em ações judiciais.

VEM AÍ MAIS UMA SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

Em 2019, a Semana Nacional da Conciliação será realizada entre os dias 4 e 8 de novembro, apesar disso, as ações da Campanha tiveram início ainda no primeiro semestre. Criada em 2006 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de promover a conciliação, a iniciativa chega a sua 14ª Edição envolvendo os Tribunais de Justiça, do Trabalho e Tribunais Federais.

No TJPR a campanha é desenvolvida pela 2ª Vice-Presidência, que, neste ano, inovou criando novas estratégias de divulgação. Pensando em aprimorar a informação e conscientização, a Semana Nacional da Conciliação ganhou duas Campanhas distintas. Inicialmente, visando a participação da população, o período de inscrições foi antecipado, ganhando prioridade de divulgação, a partir de outubro, quando as inscrições estiverem encerradas, inicia-se a segunda campanha, com o objetivo de promover os métodos alternativos de resolução de conflitos, como a mediação e a conciliação.

Para tanto, a 2ª Vice-Presidência firmou uma parceria com a Prefeitura de Curitiba, que disponibilizou canais importantes de veiculação de materiais informativos. Com espaços para o período de inscrições e também para a campanha de conscientização, as redes sociais foram utilizadas, além da mídia embarcada, conhecida como TV do ônibus, e do mobiliário urbano, que são cartazes distribuídos por vários pontos da cidade.

Além disso, a Semana Nacional ganhou um espaço dentro do site do TJPR, com o endereço: <https://www.tjpr.jus.br/semanadaconciliacao>, dedicado a realização das inscrições e orientações de como funciona o procedimento da conciliação e os casos que podem participar do mutirão.

A partir desses esforços a expectativa é aumentar o número de audiências e acordos durante a Campanha, e, ainda, esclarecer o jurisdicionado a respeito dos benefícios e maneiras de se requisitar uma audiência de conciliação.

SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO
04/11 A 08/11 • 2019

As inscrições estão abertas! Acesse: tjpr.jus.br/semanadaconciliacao

Logos: Poder Judiciário, CNJ Conselho Nacional de Justiça, TJPR 2ª Vice Presidência, Curitiba

VOCÊ + UM CONCILIADOR + A OUTRA PARTE

SE REÚNEM NUMA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

COMO PARTICIPAR?

- acesse o link da inscrição
- inscreva-se até 7/10
- aguarde o contato de um servidor para agendar a audiência

#CEJUSCPARANÁ

cejusc_boqueirao
Curtido por você e outras 80 pessoas
cejusc_boqueirao Essa é a equipe do Cejusc do Boqueirão, que foi instalado em 2016 e possui os selos Cejusc Pro, Cejusc Prê e Cejusc Cid. Em 2019, a equipe já realizou 230 audiências, com 162 acordos, um total de 70,04% de acordos processuais em razão das práticas autocompositivas realizadas. Além disso, no mesmo ano, no período de fevereiro a junho foram prestados 2.966 atendimentos, 247 audiências, 145 procedimentos arquivados e 120 procedimentos distribuídos!
#cejusc #cejuscuniba #cejuscboqueirao #parana #cidadania #autocomposicao #justicaemsuasmaos

Cejusc Toledo
No Cejusc de Toledo são oferecidas pesquisas de satisfação às partes que participam de audiências. A unidade atingiu 92% no índice de satisfação com o procedimento de mediação! 90% delas dizem que foi possível perceber o cuidado do Poder Judiciário com o jurisdicionado e 96% afirmam que, em alguma medida, para elas a imagem do Poder Judiciário melhorou. Legal, né?!
#cejusc #cejuscuniba #parana #justicaoseualcançe #poderjudiciario #poderjudiciarioparana

cejusc_guaira
Curtido por você e outras 86 pessoas
cejusc_guaira O Cejusc Guairá está a todo vapor! As atividades têm sido desenvolvidas com resultados de destaque. Em processos complexos de divórcio, por exemplo, que costumam gerar uma longa demanda, foi possível alcançar uma solução eficaz e rápida em uma audiência do Cejusc. Autocomposição também é aqui!
#cejusc #parana #cejuscguaira #justicaemguaira

Cejusc União da Vitória
Em União da Vitória, o Cejusc conta, atualmente, com 32 projetos de cidadania em andamento e com mais de uma dúzia de novas ideias em planejamento! Temos como meta a construção de um trabalho coletivo paciente, harmonioso e com muito diálogo para garantir um atendimento efetivo à sociedade que procura a Justiça, atuando-se com empatia, atenção e alteridade.
#cejusc #cejuscuniba #uniaodavitoria #cidadania #poder #autocomposicao #justicaemsuasmaos

Apareça nesse espaço também!

Entre em contato no e-mail: comunicacao2vice@tjpr.jus.br

ROLÊ CÍVICO PARANAENSE

Com o objetivo de aproximar o Poder Público dos estudantes universitários de todo o estado, a 2ª

Vice-Presidência do TJPR criou o projeto “Rolê Cívico Paranaense”. Apesar da iniciativa partir do Poder Judiciário foram firmadas parcerias com a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por meio de um termo de cooperação assinado pelo Presidente da Alep, Deputado Ademar Traiano, e o 2º Vice-Presidente do TJPR, Des. José Laurindo de Souza Netto; e o Governo Executivo, com um convênio firmado entre o TJPR e o Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, Guto Silva.

A iniciativa pretende transmitir informações a respeito do funcionamento dos Poderes, destacando a importância e especificidades de cada um. Para o 2º Vice-Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de



Souza Netto, ações de cidadania como o Rolê Cívico Paranaense, reforçam o compromisso das instituições de servir à população. “O propósito desse projeto é estabelecer uma nova relação do cidadão com o Poder Público. Essa nova dimensão de compreensão pretende desmistificar a visão da população em relação aos Poderes e promover a sua aproximação com os cidadãos”, ressalta o Desembargador.

As atividades do projeto são divididas em duas etapas: na primeira, as instituições de ensino superior que aderirem à proposta receberão material de apoio para que sejam trabalhados, em sala de aula, temas como o histórico, o funcionamento e as particularidades de cada Poder. Em um segundo momento, os alunos virão à capital do estado para fazer um tour

guiado passando pelas sessões de julgamento no TJPR, as dependências da Assembleia e, também, conhecendo o Palácio do Iguazu, sede do Poder Executivo.



Segundo o Presidente da Alep, Deputado Ademar Traiano, o Rolê Cívico vai permitir que os jovens de todo o estado conheçam melhor a atuação dos Poderes e colaborem para a formação de um novo conceito sobre as instituições públicas. “O grau de conhecimento dos nossos universitários em relação ao dia a dia dos Poderes é muito pequeno. Nada melhor do que estar aqui, presente, convivendo, conhecendo a sistemática e a estrutura, para entender o funcionamento de cada Poder. Com a visita dos jovens, nós vamos mostrar para a sociedade a importância e a complexidade do trabalho desenvolvido em cada instituição”, destacou o Deputado.

COMEÇAM OS ROLÊS

Marcando o início das atividades do projeto, no dia 07/06, uma cerimônia de abertura foi organizada no auditório do Tribunal Pleno. O evento contou com a presença do Presidente do TJPR, Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), Desembargador Gilberto Ferreira, do Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto, representantes da Assembleia e Governo do Estado do Paraná, entre outros magistrados e servidores.



O evento também foi acompanhado pelos estudantes da Universidade Positivo (sede Londrina) e da faculdade Unicesumar, de Curitiba, que fizeram parte do primeiro grupo a participar do Rolê. Na cerimônia eles assistiram aos vídeos institucionais sobre os três poderes, produzidos pela Escola de Servidores da Justiça Estadual (ESEJE) e pela TV Assembleia. Já no período da tarde, os alunos participaram da primeira visita guiada passando pelo Museu da Justiça, a Presidência e a 2ª Vice-Presidência do TJPR, além de assistirem a sessões das Câmaras de Julgamento Criminais e Cíveis.



Na sequência, o grupo partiu para a Assembleia Legislativa, onde puderam conhecer o Plenário, o salão nobre e o auditório do Plenarinho, local em que acompanharam uma palestra sobre processo legislativo, ministrada pelo Diretor da Escola do Legislativo, Dylliardi Alessi. Finalizando a visita, foi a vez de conhecerem o Palácio do Iguazu. Os estudantes visitaram a capela, saguão, salão nobre, a sala dos governadores e terminaram o passeio na sala utilizada pelo governador nas reuniões semanais com os secretários de governo.

Nos dias 13 e 14 de junho, um segundo Rolê foi realizado com 16 alunos da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), da cidade de Jacarezinho. Além das visitas guiadas, os estudantes ainda participaram de uma edição especial do Projeto Rolê Cultural, realizando uma visita ao Museu Oscar Niemeyer (MON).

Já em agosto, os alunos de Direito do Centro Universitário de Cascavel (Univel) participaram do projeto assistindo uma apresentação realizada em conjunto com o Programa Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola, que apresentou aspectos sobre o funcionamento do tribunal. Na sequência eles seguiram a programação passando pelo Ministério Público, Assembleia, Palácio Iguazu e Museu Oscar Niemeyer.

ROLÊ CULTURAL

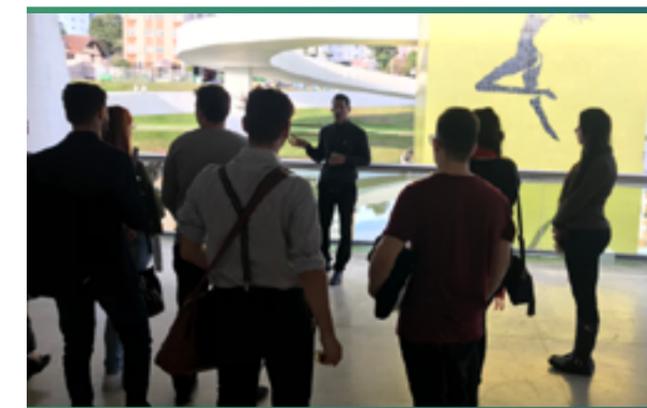
O projeto Rolê Cultural, desenvolvido pela 2ª Vice-presidência do TJPR, foi criado com o objetivo de inserir a arte e a cultura no cotidiano social de crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade, e também magistrados, servidores e estagiários do TJPR, por meio de acordos e convênios com museus e fundações culturais em todo o Estado.

A primeira grande conquista do projeto foi o Museu Oscar Niemeyer que formalizou uma parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná. O documento foi assinado no dia 22/03, no MON, com a presença do Desembargador José Laurindo de Souza Netto, 2º Vice-Presidente do TJPR, e a Diretora-Presidente do Museu, Sra. Juliana Vellozo Almeida Vosnika.

No dia 04/09 um Acordo de Cooperação assinado entre o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) e o Governo do Estado garantiu a expansão do projeto para todo o Paraná. Reunidos no Museu Paranaense, representantes dos Poderes Judiciário e Executivo, além de crianças da rede pública de ensino, participaram de uma solenidade para assinatura do documento.

Na ocasião o Governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Júnior, salientou a importância de aproximar a cultura do público jovem. “O nosso objetivo, não só do Governo, mas de todos, é de fazer com que a cultura fique mais acessível. Esta é uma oportunidade de torná-la mais popular e mais próxima das pessoas”, destacou.

O Prefeito da capital, Rafael Greca, também presente na cerimônia, interagiu com os ‘curitibinhas’ em seu





Idealizador do "Rolê Cultural", o 2º Vice-Presidente do TJPR ressaltou o objetivo da iniciativa. "A nossa intenção com esse projeto é de levar a emancipação e a autonomia do jovem através da arte, não só por museus, mas por teatro, música e outras atividades artísticas. Nós acreditamos que a arte é uma ferramenta de emancipação".



JOVENS PROMISSORES

O Programa Jovens Promissores iniciou as atividades dessa gestão atendendo 3 turmas de jovens, a 10ª e 11ª do programa em Curitiba, e a 3ª turma no município de Ibaiti. Em fevereiro, os participantes de Curitiba foram recebidos pelo Desembargador José Laurindo de Souza Netto, 2º Vice-Presidente do TJPR, que os incentivou a aproveitar as oportunidades ofertadas pela iniciativa.

As etapas de formação das turmas foram iniciadas pela realização de círculos restaurativos e oficinas temáticas. As atividades aconteceram no Conselho Regional de Contabilidade, 20º Batalhão de Infantaria Blindada, onde os jovens conheceram as dependências do Batalhão e foram recebidos com uma palestra sobre as funções dos militares, além de andarem nos veículos blindados do exército.

Com 11 turmas formadas desde setembro de 2017, o Programa Jovens Promissores, desenvolvido pela 2º Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem o objetivo de oferecer ao público alvo novas oportunidades para o desenvolvimento de sua autonomia, preparando-os para o início da vida adulta.

discurso, apontando a importância da cultura para o crescimento das crianças. "Nas visitas a locais como esse vocês terão a oportunidade de passear por todo o passado, mas o mais importante é que guardem essa informação na cabeça e no coração, porque cultura é aquilo que a gente se lembra depois que se esquece de tudo que aprendeu, é o que fica dentro da gente".

Também fizeram parte das atividades visitas às instituições: Museu Oscar Niemeyer, Polícia Militar do Estado do Paraná, Clube Athletico Paranaense, Coritiba Futebol Clube, Cindacta II (Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo) e Instituto mais Cidadania.

Outro ponto de destaque do Projeto foi a orientação profissional apresentada por um coaching de carreiras. Posteriormente, os jovens tiveram a oportunidade de se cadastrarem junto às empresas de Aprendizagem e Estágio de Curitiba, visando futuros encaminhamentos ao mercado de trabalho.

No mês de agosto as 12ª e 13ª Turmas do Programa Jovens Promissores iniciaram as atividades. A expectativa é de que, até o final do ano, cerca de 80 jovens tenham passado pela iniciativa.



PIA DA 2ª VICE

O Projeto de Incentivo à Autonomia, o PIA da 2ª Vice, é uma iniciativa do 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, que busca atender crianças e adolescentes de 7 a 14 anos encaminhados à medida protetiva de acolhimento institucional, e também os profissionais que atuam nas instituições - educadores sociais e cuidadores.

Com o objetivo de estimular os participantes a alcançarem desenvolvimento e crescimento pessoal, o projeto promove atividades que propiciam o fortalecimento desses ideais, como círculos de construção de paz e cirandas integrativas, que visam criar um espaço de acolhimento, diálogo e troca de experiências na rotina dos participantes. Além das atividades de estimulação, o PIA da 2ª Vice também promove oficinas educativas, como: comunicação positiva, educação financeira, cuidados com o corpo, higiene, sexualidade e uso de drogas, com abordagem coaching infantil intercalada durante toda a execução do projeto. Desta maneira, as práticas exercidas promovem aprendizados de como identificar sentimentos, administrar emoções, fomentar a escuta ativa, melhorar a comunicação, o convívio diário e o enfrentamento de conflitos.

Para iniciar as atividades, uma equipe da 2ª Vice realizou uma pesquisa de campo nas unidades alvo do projeto, a fim de conhecer de perto suas reais necessidades e conflitos. A partir disso, ficou clara a necessidade de atingir também os profissionais, especialmente, educadores sociais e cuidadores, de forma a facilitar a aplicação dos conhecimentos adquiridos nas atividades realizadas, no dia-a-dia das crianças. A ideia é que, aqueles que nas instituições ocupam o papel mais próximo ao dos pais e que fornecem ensinamentos aos acolhidos, tenham acesso aos mesmos conteúdos para uma solução de validação, continuidade e auto sustentação do projeto dentro das unidades.

Visitas a espaços culturais, edifícios cívicos, entre outras atividades também deverão ser desenvolvidas, visando agregar vivências e conhecimentos e promover bem-estar físico e mental, aumentando a emancipação cultural do público infanto-juvenil para que eles também se sintam pertencentes à sociedade.

A primeira atividade do PIA da 2ª Vice foi realizada no dia 22 de agosto, com uma abordagem coaching infantil para os educadores e cuidadores que atuarão na iniciativa. A partir daí as ações devem continuar por todo o 2º semestre de 2019, promovendo 2 encontros semanais, intercalando crianças e profissionais das unidades de acolhimento. A programação do projeto é encerrada com um círculo de celebração final, e, posteriormente uma cerimônia de formatura que ocorrerá no fim do ano, envolvendo todas as turmas.



JUSTIÇA E CIDADANIA TAMBÉM SE APRENDEM NA ESCOLA

Completando 26 anos de ação ininterrupta, o programa “Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola” permanece em desenvolvimento no Paraná. Coordenado pela 2ª Vice-presidência do TJPR, o programa é desenvolvido por Magistrados, Promotores e Advogados voluntários, com o propósito de divulgar noções básicas sobre cidadania, o funcionamento e a finalidade da Justiça aos alunos do 5º ano da rede pública municipal de ensino de todo o estado.

O programa busca, ao mesmo tempo, contribuir para a formação de crianças como agentes multiplicadores de saberes, como também propiciar a integração entre o Poder Judiciário e a sociedade, permitindo aos magistrados conhecer melhor a realidade social, através de uma inserção qualificada no cotidiano escolar.

Além dos voluntários, os magistrados: Adriana de Lourdes Simette, Fernanda Karam de Chueiri Sanches, Flávia da Costa Viana, Letícia Guimarães e Carlos Eduardo Mattioli Kockann, também auxiliam no desenvolvimento da iniciativa atuando como Juízes Coordenadores. Conta-se também com o apoio externo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-PR e Rotary Club de Curitiba.

Nesta gestão 30 comarcas já iniciaram as atividades do Programa. Pelo menos 300 escolas devem participar da iniciativa levando conhecimentos a cerca de 13 mil estudantes paranaenses.

INÍCIO DAS ATIVIDADES DE 2019

Uma das ações que inaugurou o ano de atividades, de forma inovadora, foi desenvolvida em Curitiba. No dia 15/5, 54 alunos da Escola Nilza Tartuce, que possuem deficiência intelectual e múltipla, com idades entre 10 e 15 anos, foram recebidos para uma visita ao Tribunal de Justiça. Os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer o gabinete da Presidência do TJPR e o Museu da Justiça, além de conhecerem um pouco mais sobre o funcionamento do 2º grau de jurisdição do TJPR com uma apresentação realizada pelo Juiz Carlos Alberto Ritzmann.



Para a Coordenadora Pedagógica da escola, Patrícia Verona de Freitas, os resultados do projeto entre os estudantes têm sido surpreendentes. “Eles estão conseguindo pegar toda a parte técnica que está sendo passada através da Cartilha e das visitas, e transportar para as vivências deles. Eles têm participado bastante, têm trazido muitas dúvidas e fazem um paralelo com a vida deles de forma bem positiva”, apontou.

Para a Coordenadora Pedagógica da escola, Patrícia Verona de Freitas, os resultados do projeto entre os estudantes têm sido surpreendentes. “Eles estão conseguindo pegar toda a parte técnica que está sendo passada através da Cartilha e das visitas, e transportar para as vivências deles. Eles têm participado bastante, têm trazido muitas dúvidas e fazem um paralelo com a vida deles de forma bem positiva”, apontou.

SOBRE O PROJETO

O programa “Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola” foi criado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em 1993. No Paraná a iniciativa foi implantada logo no início e foi o único estado a desenvolver as atividades de forma ininterrupta durante todo esse período.

Ele é desenvolvido por meio de 4 etapas desenvolvidas ao longo do ano. Primeiramente são distribuídas cartilhas didáticas sobre o funcionamento da Justiça e sobre questões que envolvam os direitos e os deveres dos cidadãos. Em um segundo momento juízes, promotores e advogados visitam as escolas para promover palestras sobre os temas das cartilhas. Na etapa seguinte, os estudantes têm a oportunidade de visitar a sede do Tribunal de Justiça para conhecer as salas onde são realizadas as sessões de julgamento. Por fim, as escolas desenvolvem atividades culturais com o conteúdo aprendido e, como forma de incentivar ainda mais o conhecimento, os alunos autores dos melhores trabalhos são premiados.



**SIGA NOSSAS
REDES SOCIAIS**
 @2VICETJPR

ACESSE O SITE:
www.tjpr.jus.br/2vice